BIBLIOTECA DO NEPO
UNICAMP

TEXTOS NEPO 19

CASADOS NÃO CASADOS:
UNIÕES CONSENSUAIS NAS
CAMADAS MÉDIAS E POPULARES

MARIA DA CONCEIÇÃO QUINTEIRO

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
DEZEMBRO, 1990

CASADOS NÃO CASADOS: UNIÕES
CONSENSUAIS NAS CAMADAS MÉDIAS
E POPULARES

Maria da Conceição Quinteiro(*)

(*) Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População e
Doutoranda junto a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
CAIXA POSTAL 6166 - CEP 13081 - CAMPINAS, SP./BRASIL

REITOR

Carlos Alberto Vogt

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE

José Martins Filho

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Adalberto Nono Maurizio Sacchi Bassi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

José Dias Sobrinho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Cesar Francisco Ciacco

DIRETORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

301.422 Quinteiro, Maria da Conceição
07c Casados não casados: uniões consensuais nas
 camadas médias e populares. Campinas, NEPO-
 UNICAMP, 1990.

51 p. tab. (TEXTOS NEPO, 19)

Consensual. I. Título. II. Série

18.CDD-301.422

SUMÁRIO

* RESUMO

1. INSERÇÃO DO TEMA NA ATUALIDADE

2. A PESQUISA

3. TERMOS E CONCEITOS

4. EXPERIÊNCIA CONJUGAL ANTERIOR

- . Camadas Médias
- . Camadas Populares

5. RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E AMIGOS

- . Camadas Populares
- . Camadas Médias

6. UNIÕES CONSENSUAIS: REPRESENTAÇÕES

- . Camadas Populares
- . Camadas Médias

7. À GUIZA DE CONCLUSÃO

. ANEXOS

. SITUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS APÓS A PESQUISA

. BIBLIOGRAFIA

. NOTAS

CASADOS NÃO CASADOS: UNIÕES CONSENSUAIS NAS CAMADAS MÉDIAS E POPULARES

Maria da Conceição Quinteiro

RESUMO

As uniões consensuais tanto como alternativa para os descasados, como primeira opção entre solteiros, emergem com força no cenário conjugal. Isto denota que a atualidade comporta uma permissão social bastante elástica para os arranjos conjugais que fogem total ou parcialmente ao modelo de casamento vigente: casamento civil e/ou religioso; residência comum e união heterossexual, entre outros componentes.

Algumas questões ensejaram a realização deste trabalho, tais como: a união consensual resulta e/ou provoca uma nova concepção de vida conjugal?; como é representada a união consensual pelas pessoas que a vivenciam?

Nos discursos dos entrevistados são apontados fragmentos para as respostas às questões norteadoras. No entanto, embora tangenciando a complexidade que encerra a união conjugal, proporcionam-lhe subsídios que poderão ser melhor explorados.

ABSTRACT

Consensual unions are increasing in contemporary society. This fact shows that the present moment admits several conjugal possibilities. The present paper examines consensual unions as a result and/or cause of a new conjugal life conception. How the couple represents these unions is also analyzed.

This work is an outcome of middle and working classe people's statements.

CASADOS NÃO CASADOS: UNIÕES CONSENSUAIS NAS CAMADAS MÉDIAS E POPULARES

Maria da Conceição Quinteiro

1. INSERÇÃO DO TEMA NA ATUALIDADE

No processo de transição que ora presenciamos destaca-se o demográfico. E, dentre suas várias áreas, na nupcialidade observam-se tendências significativas, imbricadas no conjunto de mudanças da sociedade, que denotam uma nova relação entre os indivíduos e a organização e concepção matrimoniais.

No plano mais geral, as mudanças são acentuadas na sociedade capitalista, principalmente, a partir dos anos 20 deste século, após a Primeira Grande Guerra, que praticamente liquidou com as forças da permanência dos "anciens régimes" da Europa. O capitalismo industrial surge vitorioso. É observada a reordenação da sociabilidade capitalista com o deslocamento da prioridade, que se centrava na produção e na produtividade, para a esfera do consumo. Com esta reordenação a satisfação das necessidades são constantemente criadas e renovadas pelo mercado, pois satisfações totais e imediatas são associadas ao consumo de bens, serviços e experiências, na fruição rápida do presente⁽¹⁾.

As repercussões deste deslocamento e reordenação capitalistas, além de incidirem sobre as esferas social e política, no plano do indivíduo consolida uma concepção que vem sendo gestada desde o renascimento, a do indivíduo não mais regido pela autoridade baseada no código de uma moral rígida e con-

tenção sexual, mas pela "ilusão de uma abundância de necessidades e satisfações"⁽²⁾.

Muitas são as marcas da modernidade no plano das relações sociais. Merece destaque a concepção de que a transitoriedade do presente deve ser encarada na sua plenitude, porque o presente está repleto de novidades e múltiplas possibilidades, para a sociedade, nem sempre realizada. A nova valorização do indivíduo deve capacitá-lo a responder aos apelos do mercado de consumo, as coisas e as pessoas, rápida e imediatamente na ilusão de satisfazer todas as suas necessidades. Por isso, o novo indivíduo é levado, narcisicamente, à unidade mínima de significação social - reforço na descoberta de si mesmo; liberação das repressões; busca da autenticidade; realização e/ou expressão de uma individualidade aceita como premissa⁽³⁾.

No campo da nupcialidade, considerando este contexto, faz sentido a quebra da indissolubilidade do casamento, seguida pelas medidas corretivas do desquite e depois divórcio, bem como a emergência de arranjos conjugais alternativos e novas propostas de relacionamento conjugal.

Os arranjos conjugais alternativos fundam-se na ausência do vínculo legal, primeiramente. O qual até décadas passadas era requisito para a constituição da família e de uma vida conjugal. A partilha da mesma residência e o requisito heterossexual da união completavam o cenário conjugal, socialmente.

As uniões conjugais na atualidade prescindem da legalização, tanto é assim que a discriminação observada no passado sobre quem não cumprisse os rituais formais, hoje é tênue, pois as uniões não legais, já se inscrevem no repertório conjugal, inclusive no âmbito do direito civil, haja vista a vasta jurisprudência que as protege⁽⁴⁾. Esta não existe por acaso. Veio ao encontro das situações de fato no sentido de normatizá-las.

A obrigatoriedade do casamento civil (Constituição Republicana de 1890), relegou à ilegalidade até mesmo os casamentos religiosos; a promulgação do desquite, em 1942, também colaborou para a prática das uniões não legais, pois previa somente a dissolução da sociedade conjugal, sem a quebra do vínculo matrimonial. Isto é, o recasamento era proibido e, embora abolisse a fidelidade obrigatória, considerava adúlterina a união dos desquitados.

O divórcio, finalmente, vem corrigir as falhas anteriores. Dissolve a sociedade conjugal e o vínculo matrimonial, permitindo aos divorciados um recasamento legal.

Desde o Brasil Colônia, as uniões não legais, já constituíam motivo de preocupação para a Igreja, que na sua missão normatizadora do comportamento humano, punia severamente quem vivesse maritalmente sem o sacramento do matrimônio⁽⁵⁾.

Essas uniões não legais começaram a ser apuradas quantitativamente a partir do Censo Demográfico de 1940; no de 1950 quem não fosse casado religiosa ou legalmente era considerado solteiro. Uma série de dados comprováveis tem início com o Censo de 1960. A partir desta data, as taxas de uniões não formalizadas são crescentes, para o Brasil: 1960 6,4%; 1970 - 6,9% e 1980 - 11,8%; conforme os Censos Demográficos.

A prática das uniões não legais, neste século, também foram apontadas nos estudos de comunidades das décadas de 40 e 50⁽⁶⁾. Seguiram-se outros estudos nos anos 60 e 70 que incluíram sem grande ênfase o aspecto das relações conjugais no Brasil. À guisa de exemplos, o estudo a partir dos dados do Censo de 1950 sobre solteiras prolíficas⁽⁷⁾; os estudos com operários em Salvador⁽⁸⁾; com mulheres das camadas populares no Rio de Janeiro⁽⁹⁾; estudo sobre o distrito de São Paulo⁽¹⁰⁾, e o trabalho com os resultados da Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana, em várias áreas do Brasil⁽¹¹⁾.

Salvo raras exceções, a prática das uniões legais foi apontada, nestes estudos, como corolário da pobreza e da desinformação que a acompanha. Esta visão respaldou-se no fato da incidência dessas uniões serem observadas nas camadas populares, cuja desinformação propiciava um código moral menos rígido e conseqüente desinteresse pela formalização da união conjugal.

De fato, as uniões não legais carregam os estigmas morais e de classe. Mais, recentemente as uniões não legais deixaram de ser privilégio das camadas populares, fazendo com que se alterem as visões a seu respeito.

Nesse sentido, merece ser salientado que, na atualidade, a união não legal ganha novo estatuto social, independentemente dos avanços da jurisprudência que protege e regula essas uniões. Sua prática, sobretudo em segmento de classe média, parece surgir revestida de modernidade, na medida que

contesta a moral matrimonial refratária às mudanças. No dizer de Berquó e Loyola⁽¹²⁾, essas uniões são decorrentes de um movimento mais amplo de questionamento, ou mesmo negação de valores e normas de comportamento tidas como mais tradicionais.

Nesta mesma direção, Leridon e Gokalp⁽¹³⁾, observam que entre 1975-1985, o número de celebrações de casamentos na França, teve uma queda de 30%, e o número de nascimentos ilegítimos, no mesmo período, foi multiplicado 2,5 vezes. Os autores consideram que estes dados são o reflexo das mudanças nas atitudes e comportamentos quanto ao casamento legal, corporificados na indiferença e descuido com o vínculo formal.

Isto significa que a valorização do casamento legal, vem sofrendo duros golpes a cada ano. Mas, estes podem ser passageiros, transitórios. Segundo Roussel⁽¹⁴⁾, a coabitação juvenil, amplamente difundida na França e países nórdicos, é provavelmente uma etapa pré-nupcial, como que um ensaio prévio ao casamento, devido exatamente à maior importância que os jovens estão atribuindo ao casamento legal e não ao seu desprestígio.

Durham⁽¹⁵⁾, referindo-se às camadas populares, aponta que a prática da união não legal está longe de ser contestação ou qualquer novo comportamento, seria plausível considerá-la a aplicação maleável do modelo de casamento vigente, capaz de permitir soluções mais diretamente relacionadas com as condições materiais de existência dos cônjuges.

Juntamente com as forças da mudança, que refletem a modernidade atual, atuam seus contrários, as forças refratárias⁽¹⁶⁾. Nessa relação dialética não há lugar para rupturas monolíticas. Nesse sentido, a ausência do vínculo legal, por si só, já denota mudança em relação ao modelo tradicional. Mas, o que de fato importa é a união vivida, se ela consiste em uma nova maneira ou numa reprodução do casamento tradicional.

Não há como negar, no entanto, que um certo modelo de casamento ou parte deste modelo, está sendo colocado em questão, independentemente do valor atribuído a uma união legal. Este modelo envolve aspectos formais da relação entre os cônjuges e dos arranjos conjugais, pressupondo, basicamente: vínculo legal; residência comum; fidelidade conjugal; domínio público da união; aliança entre os grupos familiar e de amigos; englobalização do casal pelo grupo.

familiar; responsabilidades mútuas; procriação; ausência da privacidade dos cônjuges.

2. A PESQUISA

Este estudo partiu de duas preocupações: a primeira era conhecer como as pessoas vivenciam a união não legal, a segunda, a partir desta vivência como a união é representada.

Supomos que cada segmento social possui um certo grau de especificidade na forma de representar e vivenciar a união conjugal, já que o contexto social, as condições materiais de existência, bem como, a história individual são mediações para o modo de vida e percepção da sociedade.

Partindo destas considerações entrevistamos pessoas das camadas médias e populares, residentes em bairros de classe média e bairros da periferia recente da capital de São Paulo, urbanizada nos últimos vinte anos. Foram envolvidas 27 pessoas em união não legal, das quais 10 homens e 17 mulheres, entre as idades de 25 a 43 anos e 5 casadas, à guisa de contraponto. Dos entrevistados em união não legal, somente 4, e 3 cônjuges tiveram no passado união legal, no entanto, este fato não constituía obstáculo, para recorrer à legalização da união, uma vez que o tempo de carência para requisição do divórcio, já havia transcorrido.

Merece ressaltar o fato de que os entrevistados e seus respectivos cônjuges pertencentes às camadas populares serem todos de procedência nordestina⁽¹⁷⁾. Nordestinos engrossam maciçamente a periferia recente da capital, que como os demais moradores vivem condições semelhantes de consumo, moradia, lazer, transporte, etc., cuja inserção no mercado de trabalho ocorre em ocupações de baixa qualificação.

A abordagem adotada é qualitativa, baseando-se na análise das entrevistas gravadas que transcorreram nos meses abril/maio de 1987.

Na comparação entre as duas camadas sociais observaram-se as diferenças mais nítidas. Internamente, a cada camada social a representação da união apresentou semelhança, no entanto,

observaram-se diferenças no modo de vivenciar a união, sobretudo, decorrentes do modo como os entrevistados se relacionam com o grupo familiar. Neste sentido, o recorte analítico priorizado foi o de classe. A distinção entre as camadas sociais norteou-se pela localização espacial, uma vez que, condições materiais de existência semelhantes, possibilitam modos de vida e formas de percepção da sociedade específicos⁽¹⁸⁾.

3. TERMOS E CONCEITOS

Qual o termo, sociologicamente, adequado para designar, na atualidade, a união não legal? No passado vários nomes eram comumente usados - concubinato (ainda o da Ciência Jurídica), mancebia, união livre, amigação. Mas estes designavam uma situação altamente combatida, e talvez, por isso, os próprios termos, socialmente, carregados de forte conteúdo pejorativo, denotassem algo imoral e ilegal. Nos dias atuais, um novo termo deveria designar a união não legal, de forma que, expressasse a mudança ocorrida na moral matrimonial e sexual.

Nos países desenvolvidos surge o termo coabitação, inicialmente na França, sem a carga pejorativa, indicando uma nova concepção de união conjugal. Mas, a coabitação pressupõe que os cônjuges residam sob o mesmo teto e, portanto, não cobre todos os arranjos alternativos do modelo tradicional, como, por exemplo, os casais com residência separada.

No Brasil a designação freqüente é a união consensual, que seria a união resultante do consenso entre as partes interessadas, isto é, os cônjuges. Mas este consentimento é também pressuposto pelo casamento legal e pela Igreja, que por volta do século XII, transformou o casamento num de seus sacramentos⁽¹⁹⁾.

A questão de que termo empregar distingue os entrevistados. Aqueles das camadas médias, não sabem precisar o nome da união não legal, como também, sentem dificuldades para definir seu estado civil. Já entre os entrevistados das camadas populares esse problema não existe, pois denominam-se casados.

"A gente é como casado, não tem diferença, a gente se respeita ele, ele é meu marido..." (Gabriela).

"...mas eu sou obrigado a dizer casado porque não tenho palavra melhor (...) não gosto de nenhuma das palavras. Companheira, eu acho muito sindical ou partidária, quer dizer, é esquisito, não gosto. Homem e mulher é meio de malandro, não gosto. Esposa, é curioso, também não gosto de nenhuma das palavras, mas dependendo do ambiente a gente tem que encarar alguma, depende da situação (...) não encontro palavra razoável para expressar aquilo que a gente sente, sabe, sei lá, ... patroa, então, é pior ainda... Patroa?! Não dá... então não sei!" (Pompeo).

"... me perguntam o estado civil; eu não sei o que dizer. Bom, já estamos juntos há mais de seis anos e eu não sei o que dizer..." (Rodrigo).

"... eu não gosto de falar meu marido, quando eu apresento, eu falo dele (...) eu falo, esse aqui é o Tomás..." (Sabina).

Para efeito desta análise, usaremos a expressão "união consensual com coabitação" para as situações que envolvem residência comum e, "consensual sem coabitação" para aqueles em residência separada. Nesta situação foram excluídas as uniões esporádicas.

Cabe lembrar, que as uniões aqui consideradas são de domínio público, salvo a de duas entrevistadas de camadas médias, cujos parceiros encontram-se casados legalmente, e residindo com esposa legal e filhos. Mas, isto não é impedimento, pois a união consensual propicia um diversificado repertório de arranjos conjugais, inclusive a união homossexual.

4. EXPERIÊNCIA CONJUGAL ANTERIOR

Os entrevistados, na sua maioria e seus cônjuges, em ambas as camadas sociais, tiveram ao longo de suas vidas outras uniões conjugais anteriores a atual.

Camadas Médias

Apenas duas entrevistadas e quatro cônjuges, experimentaram o vínculo legal (dois ainda residindo com esposa e filhos) e os outros dois poderiam ter contraído uma segunda união legal, pois encontravam-se nesta condição há mais de sete anos.

Entre os unidos "com coabitação", três entrevistados têm filhos da união atual, e apenas um de uma união consensual com coabitação anterior. Dos unidos "sem coabitação" nenhum tem filhos da atual união; da união anterior, apenas dois têm filhos. Dentre os casados legalmente, apenas um entrevistado ainda não tem filhos.

A duração da atual união é de quatro a dez anos entre os entrevistados em união "consensual com coabitação" e de três a doze anos para os entrevistados em "união sem coabitação".

Somente, três entrevistados e respectivos cônjuges afirmaram ser esta a única união conjugal até o momento. Os demais entrevistados em todas as modalidades de união tiveram no mínimo duas uniões anteriores com outros parceiros. Com o parceiro atual, os unidos em "coabitação", todos vivenciaram antes a "união sem coabitação". A "coabitação" resultou da conviência, como se fosse o desdobramento "natural" entre os parceiros, a partir da vontade de ter uma união mais consolidada, portanto, mais próxima do modelo e partilhada, no sentido das necessidades afetivas e econômicas.

"... foi dando certo, aí ficamos. Em time que está ganhando não se mexe" (Rock).

"... aí foi uma consequência, ele ficava muito no meu apartamento, dormia lá, era mais sossegado que na casa dele (...) começou a trazer a roupa, aí foi uma coisa sem marcar,

sem combinar (...) ele também tava precisando
ajeitar a vida (...)" (Marli).

Já, os casados percorreram as etapas da "união sem coabitação", "com coabitação" e casamento. O que se observa, pelas alegações para a legalização da união, é que decidiram cumprir a contento o esperado socialmente - a assunção de uma nova resposabilidade - a mudança do estado civil para a realização dos rituais concernentes e ter filhos, portanto "casar certinho".

"Eu tava a "fins" de fazer um ritual (...) queria ser diferente, já tava cansada (...) eu sempre curti essa coisa de Igreja, cerimônia (...) então era uma coisa que eu nunca fiz (...) já tava cheia de ser e não ser (...) eu tava cheia de declarar solteira (...) pô! Eu achava um absurdo com trinta anos, e com todas essas minhas uniões, eu ter estado civil de solteira, sabe!?, As pessoas olhavam prá mim e falavam coitada! Isso é divertido, mas no fundo tem a ver com a formação da gente (...)" (Beatriz).

"... fizemos todo o previsto, civil, religioso, vestido de noiva, Igreja enfeitada, orgão, festa, tudo! Já que vamos casar, fizemos tudo tradicional (...)" (Kelly Aparecida).

Este processo conjugal, que envolve as uniões consensuais nos faz lembrar que a atual sociabilidade conjugal, digamos moderna, ao contrário da tradicional, mesmo entre os que decidem por uma união legal, está revestida no mínimo pelo desprestígio da moral sexual e matrimonial, que presidiu no passado a conduta anterior ao matrimônio. As sucessivas uniões conjugais não são desmérito, como foi no passado. A busca está sempre presente como possibilidade. A satisfação pessoal é valor, altamente procurado nos últimos séculos, culminando, neste, na exacerbação do indivíduo enquanto "unidade social mínima".

O processo conjugal, observado entre os entrevistados, percorre o gradiente que se compõe com o avançar da responsabilidade, e/ou maturidade, e/ou desejo e necessidade, da repetição da reprodução do casamento tradicional.

Camadas Populares

Entre os unidos em "união consensual com coabitação", um entrevistado e um cônjuge foram casados legalmente há mais de cinco anos. Entre os entrevistados em união consensual "sem coabitação", uma entrevistada e um cônjuge.

Os unidos "com coabitação", tanto entrevistados quanto cônjuges, tiveram uma união anterior (salvo os que foram casados) união "consensual com coabitação". As entrevistadas unidas "sem coabitação" tiveram duas uniões anteriores (casamento legal e "com coabitação").

Exceto as duas entrevistadas em união "sem coabitação", os demais entrevistados têm filhos da união atual e alguns da união anterior.

A duração da união atual, oscila de um e meio a onze anos para os "coabitantes", sete meses e um ano para os "não coabitantes" e seis anos para a casada.

Sucessivas uniões conjugais associadas à ausência do vínculo legal, seriam o motivo principal para a instabilidade conjugal, no dizer de Martine⁽²⁰⁾, referindo-se às camadas populares. Parece que a não formalização da união conjugal facilita a separação e, portanto, um recasamento. No entanto, constatou-se, de acordo com o discurso dos entrevistados, a preocupação com a manutenção da estabilidade conjugal. Partilhar o dia-a-dia com um(a) parceiro(a), parece ser vital, à medida que facilita a luta pela sobrevivência. Nesse sentido, a união consensual seria a aplicação maleável do modelo de casamento vigente como solução de sobrevivência, como diz Durham. Ter um parceiro(a) e reproduzir o modelo tradicional é o que importa, o vínculo legal é secundário. Mas, além disso, nas camadas populares, circula socialmente, e se reflete na percepção individual, a possibilidade da procura pelo "bem estar", a realização pessoal ainda que esta se restrinja à sobrevivência propriamente dita. Por isso, os estigmas que persistem sobre quem não é casado legalmente, como atestam alguns depoimentos, e sobre quem teve uniões sucessivas, não são capazes de deter a busca, no sentido de melhorar as condições de vida.

"... a gente vive bem e eu tenho medo da gente casar e dar tudo errado, como tem muito casamento aí, que são casados nos dois e não dá certo (...) Tem muita gente vivendo assim

(sem casar) pro resto da vida e vive bem (...). Quem fala mal, eles têm que se acostumar com a vida. Antes era de um jeito, hoje de outro..." (Betânia).

Ao contrário do que ocorre nas camadas médias, não foi observada aquele gradiente conjugal com o mesmo parceiro. Por exemplo, os unidos em coabitação não experimentaram a união sem coabitação anteriormente. A decisão de se unirem implicava em morar junto, ou realizar o casamento legal. Nenhuma união consensual anterior resultou em casamento formal.

5. RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E AMIGOS

Na relação dos entrevistados com o contexto social imediato merece ser destacada a relação com a família e com o grupo de amigos, redes que compõem, basicamente, a teia das alianças surgidas com a união conjugal. Têm, além disso, importância enquanto suporte emocional e por vezes econômico e permitem avaliar o grau de autonomia que preside a vida conjugal.

A família exerce papel controlador da união, porque cabe a ela mais do que a qualquer outra instituição, a vigilância para que o modelo tradicional de casamento seja reproduzido, ou para que dele se aproxime. Neste sentido, dependendo da permissão do casal, ou de um dos cônjuges, a família exerce com força seu papel globalizante e interfere diretamente na vida conjugal, a família estimula enlaces, desenlaces e reenlaces.

Os amigos, na teia de relações sociais, assemelham-se na questão conjugal à família. São solidários e até intransigentes, estimulam como também desestimulam, a união conjugal. Evidentemente, não detém como a família o poder de intromissão, caso seja permitido, nos rumos da união.

"... havia muita pressão porque não entendiam como é que depois de tanto tanto tempo a gente não casava. Aí eu contei pela metade que ele era separado. E por outro lado eu me envergonho também um pouco, a não ser pras pessoas mais chegadas que eu conto tudo (...)

meus amigos são poucos e não vêm com bons olhos, porque acham que eu mereço coisa melhor que esse relacionamento. Então não dá pra misturar (...) tem momentos difíceis. Já pensei em romper com ele de tanta cobrança da família, amigos, porque eu preciso casar (...) Amanhã você tá velha, como é que vai ser? Mas não que eu tivesse a fim de separar, mas como eu tava pressionada, eu também pressionava ele..." (Carla).

Camadas Populares

Nas camadas populares a relação com os amigos parece misturar-se à de vizinhança, pois os amigos são também vizinhos, a intimidade doméstica é partilhada pelo menos na vizinhança contígua.

"Aqui não dá prá esconder nada, todos se conhecem, todos sabem de tudo e não precisa contar" (Ascânio).

Os amigos são denominados "colegas", pois "amigo\la" denota uma situação conjugal de "amigado". Denominação cujo significado, de certa maneira, é altamente acusatório, inclui as modalidades de união não legal - "os unidos em coabitação", "sem coabitação" e as relações esporádicas. Mas, os entrevistados não aceitam essa acusação, embora entendam que são assim designados por muitos. Provam no dia-a-dia, que a sua união é uma possibilidade para qualquer pessoa, porque este tipo de acusação, ainda persistente, não tem a mesma eficácia constrangedora de outros tempos.

"Você tem amigos? Não, lá na Bahia não deixavam, nem eu queria. Aqui nunca tive.

E colegas, você tem? Ah! sim, muitos, demais, acho que tenho mais de um milhão, eu gosto de muita amizade...

Ter amigo é diferente de ter colega? É! amigo o povo fala que é esse negócio de amigação, né!? Colega é coisa de amizade..." (Betânia).

Os amigos muito íntimos com o início da união perdem a particularização e se tornam amigos do casal, na qualidade de compadres, independentemente de se tornarem padrinhos de algum filho⁽²¹⁾. Os demais amigos, fora da relação de compadrio, são particularizados, ou do homem, ou da mulher. O grupo de amigos é altamente valorizado, forma uma rede importante de apoio, tanto nos momentos de dificuldade como nos momentos do descanso e lazer. Essa rede também colabora para atenuar o preconceito social ainda vigente e conferir legitimação aos amigos que vivenciam uma união conjugal não legalizada.

Nas camadas populares, em geral, o novo casal deve se comportar como se fosse um apêndice do grupo familiar de origem. Este se intromete, palpita, e com isso perpetua a teia de obrigações e ajudas mútuas. Em se tratando da união consensual, a manutenção desta forma de relação com a família de origem, requer atenção dobrada. A família, nesta situação, desempenha papel primordial na consolidação e legitimação da união. O controle que ela exerce deve ser mais atento que o controle sobre os casados legalmente, pois aqui a família faz o papel da lei ausente.

Ao lado dessa forma de relação com a família, que é predominante nas camadas populares entre unidos consensualmente ou casados, foi encontrada uma forma que lembra a autonomia privilegiada entre a maioria dos entrevistados das camadas médias. Nestes casos, nas camadas populares, o significado atribuído à união consensual é a provisoriedade, mas não no sentido de ser etapa prévia a um casamento legal com o mesmo parceiro. Na história conjugal de alguns entrevistados, esta visão é tida, somente pelo homem e trata-se de algo transitório até surgir uma nova parceira, e melhores condições de vida para então realizar o casamento legal.

"... Ela teve a filha eu não queria. A gente passa a gostar. Estou com ela porque a outra pegava no pé. Eu vi a mãe dela uma vez, mas não quero essa coisa. Família é só quando casar (...) Tou com ela, podia tá com outra. Ela quer assim, vou ficando. Ela agrada, faz as coisas, tudo em ordem (...) Eu sustento, o resto é meu mesmo e desse mundão (...) Morar junto não tem aquela responsabilidade do casamento, né? Casar é prá quem tem condições (...)" (Peri).

A "transitoriedade" da união consensual, é possível devido a uma certa independência do casal do caráter englobalizador da

família, a qual confere uma margem de liberdade para uma futura separação, pois os vínculos familiares estreitos ampliam e intensificam os compromissos para além da relação conjugal. Mas, a ausência dessa relação simbiótica com a família, não contraria os anseios familiares do enquadramento do casal na relação familiar tradicional. A família permanece atenta. Na qualidade de reserva moral, foi mantida à distância e, colaborando para essa margem de liberdade, não interferindo, não se envolvendo com os rumos da união. No momento adequado, nestes casos específicos, é instrumentalizada pelo cônjuge, para que interceda, agora, com todo seu poder de intromissão; entra com força em cena. Reorienta a união consensual, dá-lhe a direção que culmina com o desenlace.

"... aí, ele virou a cabeça, virou tudo, mas a mãe dele foi mexendo e virando a cabeça dele, prá não dar certo (...) já tavamos separado quando a irmã dele apareceu e falou prá ele pagar o aluguel até eu arrumar um serviço. Aí ele pagou. Depois a doida da mãe dele, apareceu lá com as bruxarias dela e fez com que ele não pagasse mais o aluguel prá mim (...) Aí ele já andava com uma dona que a mãe dele arrumou (...) (Dasdores).

"... a família dele entrou no meio, aí ele foi embora e eu fiquei sozinha (...) não deu certo porque a irmã dele, que nem, eu acho, ele é casado, acho que ele não tem o direito de sair todo sábado prá festas com a irmã. Ela ficava botando fogo, que ele tinha que ir para festa com ela todo sábado. Nós começamos discutir (...) Ele foi embora, ficou uns quinze dias e voltou, porque diz que a mãe dele falou que ele tinha que pegar os móveis. Ele veio pegar, mas o dono do quarto não deixou ele entrar. Aí ele encheu de novo, queria a televisão, porque a mãe dele tinha arrumado outra para ela casar" (Tieta).

Em geral, salvo exceções como estes casos apontados, a relação dos casais com o grupo familiar obedece a concepção fortemente enraizada que enfatiza o grupo familiar de origem como matriz que orienta e legitima a união consensual. A família não se opõe a este tipo de união, contanto que o casal reproduza a relação conjugal e familiar do modelo tradicional.

Camadas Médias

Ao contrário das camadas populares, entre a maioria dos entrevistados das camadas médias em união consensual, predomina uma concepção de relação familiar com ênfase na autonomia do casal. A diferença entre esta e a observada nos casos específicos das camadas populares está no fato de que, nesta, primeiro a família aceita a união, mas é afastada do convívio íntimo do casal, para que não se criem laços que interfiram no significado da "transitoriedade" atribuído pelo cônjuge à união; e, segundo, a "autonomia" em relação à família, não conecta com a concepção da autonomia individual, pelo contrário, a relação entre os cônjuges baseia-se na predominância masculina e forte desigualdade entre os gêneros.

Já nas camadas médias, entre os entrevistados que priorizam a autonomia, a união consensual parece ser uma maneira de atenuar o conflito entre o caráter englobalizador da família e a autonomia desejada para decidir o rumo da própria vida e o da união.

O período de afastamento da vigilância familiar (às vezes de longa duração), é visto como indispensável para a consecução da união. Mas, por outro lado, a família passa a aceitar a união depois desse período de "decantação" das arestas, resultantes da negociação que envolve a autonomia conjugal. Por vezes, a aceitação só chega a bom termo, com o nascimento do primeiro filho, momento em que a união está próxima do modelo, e o casal mais próximo da família.

A questão da autonomia frente à família, encontrada em parte dos entrevistados em união consensual com coabitação, e entre os entrevistados sem coabitação, traduz a concepção que enfatiza a valorização do indivíduo, onde a autonomia individual é elemento fundamental. Sob esta concepção, a relação entre os cônjuges pressupõe uma igualdade entre os parceiros que descarta a predominância masculina, característica da relação conjugal tradicional.

O que se observa é que a autonomia, em relação aos vínculos familiares e seu conseqüente afastamento, conduz a uma maior valorização do grupo de amigos, com quem dividem a grande parte do seu tempo disponível. A liberdade que resulta da valorização da autonomia individual, entre outras, suscita nos casais uma reavaliação da questão da exclusividade sexual. Neste sentido, a possibilidade para ambos de relações sexuais extra-união, faz parte do espectro de avaliação da

igualdade entre os cônjuges. Trata-se de uma possibilidade que, quando concretizada, pode resultar em conflitos insuperáveis e/ou aproximar mais o casal.

"ele já encarou (...) eu tive um caso, mas não ficou nada muito definido. Só não ficou nada muito claro. A gente só se posicionou mais forte, mais ligado, eu com ele, ele comigo ..." (Salette).

"A gente poderia eventualmente ter relação fora de nós dois, mas não aconteceu até agora. Não sei se acabou contribuindo pra gente se unir mais ainda (...) porque no fundo a gente procura não transar pra não dar margem pro outro. Então, eu acho que essa possibilidade ajuda a unir mais, porque é um vínculo mais sincero entre nós" (Pompeo).

Essa liberdade, parece trabalhosa, no final é altamente satisfatória, ainda que de difícil administração. O depoimento de Rodrigo é exemplar:

"era um acordo meio teoricamente, mas era um acordo. Assim, se pintar não se conta, só se conta se começar a engrossar a nossa relação. Se começar a pintar algo mais envolvente, ou enquanto opção, aí conta. Porque é sacanagem você estar com uma outra pessoa, e o outro pensando que tudo tá normal, e não tá. Aí, de repente estoura tudo, sem ter tempo de discutir o que está acontecendo, o que está errado. Então, a ideia era essa só se for alguma coisa mais que um tesão ocasional. E, bom, até que pintou um "causo" que foi descoberto, aí engrossou um pouco. Acho que o teórico na prática é isso, você achar que o outro pode transar uma outra pessoa. Agora saber disso é outro papo. Dá uma balançada na confiança, na auto-confiança. Mas pintou até uma solução interessante. No caso, eu que tinha transado com uma outra pessoa, e a Carmem já tinha se privado de ter uma transa com um cara, e ficou puta, porque até segurou (...) Então ela, com a descoberta desse meu "causo", se sentiu meio descompensada, aí ela foi e transou, pro meu lado não foi muito divertido, concordei com a história, mas fiquei mal. Essa pessoa tava em (...), então ela foi viajar no fim de semana e eu fiquei

esperando o desenlace da história. Foi incômodo, mas não foi uma catástrofe e foi uma solução interessante..." (Rodrigo).

Há entrevistados que não primam por esta autonomia familiar e, por coincidência, a valorização do grupo de amigos é pouco enfatizada, como se a relação familiar suprisse todas as necessidades do casal em termos do lazer, troca de idéias, etc.. Têm amigos evidentemente, mas a relação com estes é menos freqüente e menos necessária, a família os basta, e os amigos são geralmente do casal.

"Nós saímos sempre juntos. Eu não faço o meu e ela o programa dela. Nem antes de morar junto. Se nós somos um casal não faz sentido a gente sair separado. Partilhamos tudo: a família, o lazer, os amigos. Fazemos tudo junto. A única coisa que fazemos separado é que eu vou nadar todos os dias, no fim da tarde e, às vezes, depois tomo uma cerveja com esse pessoal que eu nado" (Arnaldo).

A família destes entrevistados aceitou mais rapidamente a união consensual. Coincidentemente, são os casais que logo tiveram filhos, e namoram com carinho o futuro casamento legal.

Neste grupo também observamos em nível da relação entre os cônjuges a maior desigualdade na relação entre os cônjuges. Por exemplo, a liberdade sexual fora da união é inaceitável, nem mesmo enquanto possibilidade, mas a fidelidade parece que deve ser sempre, rigorosamente, cumprida pela mulher e, não necessariamente pelo homem.

"A gente não fala sobre isso, está implícito que deve haver fidelidade. Eu admito prá mim, prá ela não. Ela não admite prá nenhum dos dois. Mas é uma questão tão complicada que é melhor deixar correr (...) quer dizer, eu não posso mandar na vontade dela, mas ficaria muito puta se ela tivesse alguma transa. Bom, você sabe, como eu já contei... eu tive um estilo de vida muito peculiar, tou nessa por causa da criança. Eu sempre tive várias transas, eu saio por aí, e sabe como é que é..." (Álvaro).

6. UNIÕES CONSENSUAIS: REPRESENTAÇÕES

Cada discurso parece repleto de incoerências, pois não há sempre uma necessária correspondência entre o que dizem fazer e o que efetivamente fazem. Entre o que desejam e o que não desejam. Mas, é nesses pedaços, que aparentemente soam desencontrados, que foi possível detectar uma característica básica comum a todos os entrevistados das duas camadas sociais, quanto à representação sobre os tipos de união que estão vivenciando. Neste sentido, os entrevistados consideram que uma união consensual com coabitação é semelhante a uma união legal. Em outros termos: "casar e morar juntos é igual".

Mesmo considerando esta igualdade, o casamento legal é contraposto à união consensual na medida em que todos os entrevistados o representam como "casar certinho" ao contrário de "morar juntos", "amigar", etc.. O vínculo legal é o parâmetro da legitimidade em contraposição à ilegitimidade das uniões consensuais com e sem coabitação.

A partir dessa representação comum de que "casar e morar junto é igual", a maioria dos entrevistados, apesar daquela igualdade, expressaram diferenças positivas compensadoras da união que estão vivenciando.

Camadas Populares

Consensual com coabitação: "Viver Bem, Não Brigar."

Como vimos anteriormente, os entrevistados em sua maioria são solteiros, e os poucos que tiveram uma união legal no passado poderiam, caso quisessem, casarem-se novamente. Todavia, a maioria preferiu "morar junto". Uns, para ver se dava certo, à guisa de um teste, e em dando, oficializariam a união. Outros, porque "homem não quer casar", ou ainda, um casal que fugiu, ardil encontrado pelo cônjuge para garantir sua união com a parceira pretendida.

Dos discursos dos entrevistados depreende-se que estas uniões são a realização de necessidades: para escapar dos estigmas

que pesam sobre os solteiros e separados, e para fugir das dificuldades que aparecem na luta pela sobrevivência. O sonho feminino de ter uma "casa", "um canto", "um amparo" para poder ter e criar seus filhos; o masculino, de ter uma mulher que colabore para melhorar sua sobrevivência: comida, roupa lavada, uma parceira sexual garantida, etc..

"... com este foi a oportunidade de eu largar ele (o outro) (...) eu convivi com um, mas não dava certo, porque ele era casado, vinha só uma vez por semana (...) aí eu encontrei este (...) pelo menos fiquei amparada, eu sempre quis ter o meu cantinho..." (Ceci).

Não se trata do arranjo ideal. Este é representado pelo casamento legal. Mas na prática vivem essa união como se fosse um casamento com todos os ingredientes do modelo tradicional. Parecem acomodar necessidades imediatas de sobrevivência enquanto aguardam que sejam gestadas as condições objetivas e subjetivas que permitam uma união legal, seja com o mesmo parceiro, ou com outro. É também por conta de outros sonhos, alimentados e veiculados socialmente, que o casamento legítimo é protelado.

"...olhe, se eu tivesse pouco filho eu ia até casar na Igreja. Agora eu fico com vergonha com tanto filho, entrar na Igreja com tanto filho atrás (...) porque eu acho bonito, os convidados. Queria realizar um sonho, casar na Igreja como meus avós queriam, porque eu não tenho pai, nem mãe, eles morreram, então é um sonho que eu queria tê, realizar, mas não consegui até agora. Agora? agora não dá, com tanto filho, aí os meus convidados seriam os filhos, que é tão grande. Vestido de noiva nem pode, meu sonho era entrar na Igreja e lá no altar o noivo esperando, a marcha nupcial. Então, logo que eu não posso realizar esse sonho, prefiro viver assim. Imagina, hoje entrar na Igreja, já velha, vestido no meio da canela, sem marcha nupcial, sem nada na cabeça, entrar de comum, isso não!" (Betânia).

As justificativas para um casamento legal no futuro, embora apareçam nos discursos como se fossem incoerências, nada mais são do que o resultado da reelaboração sobre suas experiências de vida e, portanto, da percepção que têm de uma realidade fragmentada e cheia de contradições.

Assim, o que é comum é que pretendem casar-se um dia, apesar de que nos discursos também aparecem justificativas para a não legalização da união.

"... não quero me amarrar em ninguém, sou solteira (...) se casar é para os filhos mais tarde não dizerem que a mãe é amancebada" (Betânia).

"porque quando a gente não é casada o nome fica sujo (...) também se não der, vamo vivendo assim..." (Maria).

Apesar da pretensão de um casamento legal todos se consideram casados, (salvo um entrevistado e um cônjuge), tratam-se como marido e mulher e se apresentam como tal.

Os que não se consideram casados, embora desempenhem a contendo o papel de provedor tradicional, passam a impressão de que a união que estão vivendo é encarada como algo necessário mas provisório.

Coincidentemente, estes mesmos homens são aqueles cujas famílias não se relacionam e as suas mulheres mantêm poucos ou nenhum contato com suas famílias de origem. O que, por si só, não explica esta conduta masculina, mas a ausência dos laços familiares contribui sobremaneira para este comportamento, pois como é sabido, nas camadas populares, há uma valorização acentuada da família. Assim, a família se constitui no instrumento regulador mais próximo das uniões entre os sexos. Neste sentido, o homem pode levar seu projeto de provisoriedade até que tenha as "condições" para aí, então, realizar o seu projeto de "casar certinho", ou, até quando, alguma das famílias resolver interferir.

Não obstante os discursos revelarem muito pouco sobre as diferenças de ordem moral para este tipo de união em comparação ao casamento legal duas das entrevistadas elaboraram a percepção sobre este preconceito quando afirmaram: "quando a gente não é casada o nome fica sujo" e "pra mais tarde os filhos não dizerem que a mãe é amancebada". Como sempre, nessas avaliações morais que envolvem coisas do sexo, o ônus do estigma recai sobre a mulher. Tanto é que elas se esmeram em se comportar como boas esposas, zelosas do lar, dos filhos e do marido. Dão o devido "respeito"⁽²²⁾, isto é, mantêm extrema fidelidade conjugal e cuidam para não dar motivos para que os outros falem contra

sua reputação. A quebra desse respeito por parte da mulher implica o rompimento da relação, na maioria das vezes.

"... a gente é como casado, não tem diferença, a gente se respeita, eu respeito ele, ele é meu marido. Eu não dou motivo pros outros falá (...) ele confia ..." (Gabriela).

"... eu sou casada, eu considero casados, porque eu dou respeito pra ele, ele me respeita, o importante é isso, né?" (Maria).

O "respeito", enquanto medida de avaliação do comportamento conjugal, é bastante maleável para os homens. Os deslises conjugais, a quebra da fidelidade para o homem é permitida, contanto que "não tire da boca da família para dar pras outras" (Geruza).

O "respeito" parece ser uma categoria de múltiplas avaliações, de acordo com as expectativas e circunstâncias. Na quebra dele, ou na falta dele, a união fica ameaçada. Como o que se espera é um sentimento mutável, porque a realidade não é estática, as mulheres enquanto desejam manter sua união, ainda que não haja uma legalização futura, fazem com que o "respeito" se adeque às circunstâncias. Assim, por exemplo, no discurso de Ceci, essa categoria aparece inicialmente como medida de fidelidade, mais ainda "como tratar bem, não xingar", depois "sustento da casa e dela" e, por último, "por não abandoná-la".

"... ele é melhor que o primeiro. Era solteiro. Ele me respeitava (...) mas falou que ainda vivia com a outra, mas depois eu não sabia. Aí, ia vender os móveis, que são meus, era do outro, o outro me deu, quer dizer acho que deu, ele comprou pra mim (...) aí, até saí, fui pra casa de uma colega, mas voltei, ela me aconselhou... Ele podia ter outra mas não xingava, não brigava, me respeitava (...) a nenê é muito novinha, por enquanto eu tou parada, mas quando ela crescer eu vou trabalhar de novo, então ele tá dando o sustento sozinho, né? Por enquanto, né? Também ele ajuda a outra, eu fiquei sabendo, nem filho tem. Ele tem que ajudá, tem que respeitá que eu agora não possa trabalhar. O nenê é muito pequeno (...) ele não fala as coisas, ele é calado, não sei nada, mas acho que ele não faria isso, não

teria coragem de me abandonar, eu não teria, não sei o que passa na cabeça dele, se ele teria coragem de me abandoná, eu não tenho, eu respeito ele demais..." (Ceci).

Por que estes entrevistados consideram que "casar e morar junto é igual"? Fundamentalmente, porque "casar e morar juntos" é igual na medida em que "separa do mesmo jeito". Neste aspecto o vínculo legal é o que menos conta para manter a estabilidade da união. Tanto no casamento legal como na união consensual esse risco está presente. E esse risco, tanto os homens como as mulheres não desejam correr.

"...no civil é melhor porque se o cara tem algum coisa ele casando, aquilo é dela também (...) mas não faz diferença porque separa do mesmo jeito. A gente só vê casado separando..." (Gabriela).

"...que adianta, eles só vive brigando. Se tem que separar, separa. Legítimo é morando junto..." (Ascânio).

Por outro lado, nos discursos são percebidas referências às compensações da atual união, comparada à legal:

a) - Se separa pode casar. Mesmo sendo uma compensação positiva da união consensual a importância atribuída ao casamento legal é bastante clara. Por outro lado, a possibilidade de um casamento formal, após uma separação, justifica e reforça o lado positivo da união consensual, ainda que pareça contraditório.

"... quem não é casado tem um lado bom, porque se casa. Se eles se desentenderam e se largam, pode casar. Agora, se for casado, já não pode (...) já não tem mais chance de casar. Tem que morar junto..." (Gabriela).

"... se não fosse casado já tinha casado com a Maria. Então, esse lado, pode separar e casar sem esperar o desquite..." (Virgulino).

b) - Viver bem é melhor que casar, pois casado vive brigando. Esta compensação complementa a anterior, isto é, pode casar em casos de separação - solução que os

casados não têm - além de viverem melhor que os casados que só "vivem brigando".

O casamento legal, mais uma vez se confirma, é o parâmetro para o reforço da união consensual que, com essa compensação, é mais valorizada que o casamento legal. Pois, o "viver bem" em oposição ao "viver brigando" (entre os casados), seria um atributo das uniões consensuais. Talvez porque os casais entendam, que "viver bem" é uma garantia para estabilidade da união.

"... por enquanto nunca brigamos, nunca fizemos uma briga..." (Maria).

"... quando a gente vive bem é até melhor que casado. Não tem diferença nenhuma. Nunca brigamo. A gente se dá bem, nós se respeitamos mais do que se fosse casados..." (Virgulino).

"... eu moro junto e me considero como se fosse casada. A gente vê gente casada que se descontrola, vive brigando..." (Gabriela).

Consensual sem coabitação: "Ruim desse jeito, pior sem esse jeito"

Esta modalidade de união, por encontrar-se muito distante do modelo tradicional, sofreu o estigma da precária aceitação social e da acusação moral. Principalmente, quando a complementariedade masculina esperada é insatisfatória e/ou esporádica, no sentido da colaboração material para a sobrevivência.

A mulher, muito mais que o homem, sofre esse estigma, embora a união possa lhe trazer conforto emocional, contribui no geral muito pouco para a sobrevivência material. Esta união apresenta todos os ingredientes para ser estigmatizada. Em geral, do jeito como é vivenciada, trata-se de uma união espúria do ponto de vista da lógica dos custos e benefícios. Tanto é que, quando o parceiro colabora a contento para a sobrevivência da parceira, aquelas acusações morais são atenuadas e a aceitação social maior.

"...olha, tem uma dona, uma tal de dona Vera, ela tem um amante de anos. Ele fez ela. Ela mora num palacete. Ela é muito respeitada por todo mundo. Ninguém mexe..." (Geruza).

As pessoas que vivem este tipo de união são chamadas de "amigados", como ninguém deseja este rótulo sempre que possível as uniões são mantidas em sigilo, o que é difícil em se tratando de bairros da periferia.

Esta união não é considerada um casamento como acontece com a união com coabitação, no entanto, é uma solução considerada temporária, até a união saltar de patamar.

Somente duas mulheres foram entrevistadas e ambas mantêm a esperança de no mínimo morar junto com o parceiro atual ou um outro. Têm consciência das dificuldades, pois as experiências passadas já lhes mostraram que mulher pobre e com filhos é presa fácil dos inúmeros oportunismos masculino. É o lado frágil, a maior diferença entre os iguais do seu bairro.

Exatamente pela dramaticidade desse quadro e da percepção das dificuldades em arrumar um parceiro que desempenhe o papel tradicional masculino na união sem coabitação, é que desejam ardentemente um parceiro para "morar junto", porque "casar e morar junto é igual".

Representam essas duas modalidades de união como as uniões que oferecem as condições morais e materiais para viver melhor, porque dentro destas o povo "não fala mal", a mulher "tem ajuda e não fica só", "pode parar de trabalhar" e "não dá mal exemplo pros filhos". A representação da união sem coabitação seria o contrário da representação que fazem sobre o "casar e morar junto é igual".

No entanto, a união é insatisfatória do ponto de vista moral e material. Contudo, representam-na também como compensatória se comparada ao "morar junto e casar". Essa compensação está associada à possibilidade de uma separação, quando então a expectativa de uma união dentro do modelo, ou próxima a ele, pode ser viabilizada "pode separar se não der certo e, aí, pode morar com outro, ou até casar". E mais, a separação para elas é um risco que permeia todos os tipos de união, e neste sentido todas se equalizam, "separa do mesmo jeito".

Entretanto, vão vivendo essa união, como arranjo provisório até realizar o modelo tradicional. "Se é ruim desse jeito é pior sem esse jeito" (Dasdores).

Camadas Médias

Consensual com coabitação: "Rotina é igual, com filho casa"

Com exceção de um dos cônjuges, todos os entrevistados e parceiros consideraram-se casados a partir do momento que passaram a coabitar.

"Bom, de uns tempos pra cá eu me considero (...) só quando a ... veio morar aqui, aí eu comecei a me sentir casado..." (Rodrigo). É bom que se lembre, todos tiveram com seus parceiros uma união sem coabitação.

Nesta modalidade de união, todos os entrevistados consideraram-se casados e, diferentemente do que ocorre, nas camadas populares, a vontade de legalizar a união não é explicitada nos discursos (salvo uma entrevistada). No entanto, essa possibilidade não é descartada, associada quase sempre a eventuais problemas que os filhos tenham por causa do tipo de união dos pais.

"... eu acho que só se esse tipo interferisse demais na vida da criança. Aí sim, do contrário não ..." (Salette).

"... aí pode ser que a gente vê que a criança vai encontrar muita dificuldade, eu não sei como que a gente reagiria. Eu acho que, em princípio, nós procuraremos manter a situação como está, mas sei lá, se de repente começa a perceber que afeta, aí vamos pensar..." (Pompeo).

"... ele quer dar um susto, quer casar um dia (...) eu não faço questão nenhuma, só se tiver filhos, aí se eu perceber que a criança

é discriminada porque a gente não é casado, aí eu caso..." (Ivani).

Embora os entrevistados se considerem casados, por outro lado entendem que a ausência do vínculo legal, imprime à união um caráter especial, no qual o grau de liberdade é maior para decidirem sobre o seu rumo, como também sobre uma eventual separação. Por isto, nutrem a sensação de exercitarem uma autonomia própria nas decisões conjugais.

A despeito desse caráter especial, entendem que "casar e morar junto é igual". Primeiro, porque, em ambas as modalidades, os cônjuges vivem a união tendo os mesmos problemas e prazeres do cotidiano. Segundo, porque ambas as uniões, constituem-se em um marco para a adoção de novas responsabilidades.

"... no dia-a-dia é igual, é a mesma rotina, acho que os mesmos problemas, as dúvidas, a insegurança... é a mesma coisa..." (Sabina).

"... antes tinha um espaço maior, se eu não tava a fim de ir lá e vice-versa, cada um ficava no seu lado. E agora não, não tem essa opção; querendo ou não, a gente dorme junto e ponto final..." (Rodrigo).

Por outro lado, a união consensual possibilita compensações, dificilmente obtidas num casamento legal. Elas aparecem nos discursos, basicamente associadas a facilidades em casos de separação. Primeiro porque são atenuadas as chantagens de ordem emocional, segundo eles, frequentes nas separações legais. Também as interferências familiares que foram neutralizadas quando da decisão de morar junto, também o serão em caso de uma separação. Portanto, qualquer decisão a ser tomada restringe-se ao âmbito do casal.

"... eu vejo que muitas vezes a chantagem que gera no casal vai muito em função do casamento legal, de você saber que você tem por onde se pegar (...) porque faz chantagem, ajuda a criar um clima de guerra..." (Pompeo).

A segunda compensação se refere a acomodação que o vínculo legal propicia. A acomodação seria consequência de desentendimentos não resolvidos e da existência de atritos

desnecessários muito frequentes, entre os casados. Neste sentido, tentam evitar que a relação enverede por esse caminho, pois a acomodação é própria dos casados legalmente. Deste modo, tanto os entrevistados das camadas médias como das camadas populares, cada qual a seu modo, entende que "viver bem" é um valor perseguido e que os diferencia dos casados.

"...é assim, nós não quisemos casar pra não ter aonde se segurar. O casamento era nosso, a gente tinha que segurar essa (...) é assim, eu jogo as coisas pra serem discutidas. Sempre sou eu que jogo os assuntos pra serem tratados e discutidos. Chega-se a um consenso das coisas e estabelece-se uma nova relação a partir daí. Deu pra entender? ..." (Salette).

"... acho que isso dificulta também assim a relação. Acho que fica uma coisa meio que .. acho que deixa as pessoas meio acomodadas também, sabe? Porque é mais difícil você se separar, judicialmente, tem que ir aqui, tem que ir ali, tem que pegar assinatura disso, assinatura daquilo, não sei o que .. Se você mora com alguém, você só pega as tuas coisinhas, entra num acordo com a pessoa e acabou. Não tem mais ninguém envolvido nisso..." (Sabina).

Consensual sem coabitação

Os entrevistados e seus cônjuges, neste tipo de união, podem ser agregados em dois grupos.

No primeiro, eles são identificados por se tratarem de pessoas portadoras de uma ideologia mais individualista; possuem razoável articulação social, solteiros, sem filhos, moram sozinhos e enfatizam a valorização profissional e do grupo íntimo de amigos. A união que estão vivenciando é de domínio público. Cada qual se relaciona separadamente com as famílias de origem e esporadicamente, com a família do outro.

Cada qual prima por autonomia financeira, por preservar amigos e programas próprios além do lazer conjunto com seus parceiros. A relação entre os cônjuges é bastante igual.

O segundo tipo diferencia-se do primeiro fundamentalmente porque os cônjuges são casados e residem com suas esposas e filhos e a união consensual sem coabitação é, por isso mesmo, envolvida pelo sigilo.

A valorização profissional das mulheres, bem como sua rede de amigos, são bastante frágeis. As mulheres trabalham mas não mantêm com o seu rendimento o padrão de consumo que apresentam. Os vínculos com a família de origem são fortes e a relação entre os gêneros desigual, sobretudo no que se refere à sujeição da mulher ao homem.

Liberdade e Igualdade

Entre os entrevistados do primeiro grupo, ninguém apresenta o desejo de vir a casar-se legalmente, nem o de transformar a união atual em coabitação, salvo uma entrevistada que em alguns momentos do discurso explicita o desejo de morar junto porque pretende ter um filho e, para isso, acredito, que só com a presença do pai sob o mesmo teto é que teria condição de encarar essa responsabilidade. Os demais parecem bastante convictos de que a melhor forma de convivência a dois é cada um em sua casa.

"... eu já acostumei desse jeito, acho difícil reverter isso, porque a história tem peso (...) tanto casar como morar junto as pessoas se decidem por uma delas quando estão num nível de acomodação, acomodação geral, a vida parece algo dado (...) eu gosto de viver assim, ter a minha casa, as minhas coisas (...)" (Florentino).

Não se sentem casados no sentido convencional, mas sentem-se unidos aos seus parceiros fixos, não obstante pleitearem a liberdade sexual fora da união e usufruto individual de lazer e programas com amigos.

A necessidade de um parceiro sexual/afetivo neste grupo é tão premente como nos demais entrevistados. A condição de "solteiros" não é nada satisfatória devido ao estigma que

pesa sobre os solteiros e pelas necessidades emocionais não atendidas.

"... hoje eu estou cada vez mais convicto de que a saída é isso que você chama de união... o que? Consensual sem coabitação, não sou radical, não sou um solteiro empedernido que não deseja nenhuma relação duradoura, não, eu quero ter uma parceira, necessito dela emocionalmente, é vital pra mim, mas o melhor, o que dá pra ser bom, é cada um na sua casa..." (Florentino).

O fato dos entrevistados nunca terem experimentado um vínculo legal (apenas dois tiveram uma união consensual com coabitação de curta duração no início da vida sexual), e porque moram sozinhos há anos, talvez essa trajetória ajudou consolidar um modo de vida, em princípio incompatível com o partilhar a mesma residência com mais alguém, até mesmo com um parceiro afetivo/sexual. É como diz Florentino: "a história tem peso".

"... nós passamos a valorizar o nosso lado da auto-suficiência, eu curto cuidar da minha casa, do meu jardim, vou pra cozinha, invento comidas, cuido dos meus livros, discos, dou ordem pra empregada (...) chamo os amigos pra almoçar, jantar, beber (...) é uma sensação de liberdade inigualável, saber que sou capaz, que não dependo, como minha mãe queria, (risos), de outras mulheres, ou dela, ah! ah! (...) eu acho difícil dividir essa coisa toda que conquistei. Provisoriamente até dá, e dá, sempre tem gente aqui, amigos, Diana, mas definitivamente, não seria o fim!... (Walker).

Não só essa trajetória os imunizou aparentemente contra a possibilidade de morar junto ou casar, como também lhes forneceu anticorpos contra tudo que possa resultar numa relação não satisfatória com outra pessoa. Assim, zelam por um bom relacionamento.

Por tratar-se de uma nova proposta, dado que em nada se assemelha ao modelo de casamento, estes entrevistados, aprenderam a relativizar (ou desistiam da proposta) algumas pressões sociais e algumas discriminações decorrentes desse tipo de vida conjugal. Pelo menos parece que adquiriram maior

segurança pra enfrentar principalmente as expectativas familiares de virem a casar e constituir família.

"... até chegar nesse ponto, a gente tem que ser muito firme, do contrário dança (...) é pressão por todos os lados, você é solteira, a família cobrando, não se conformam, mas já aceitaram, ou pelo menos perderam as esperanças de eu vir a constituir família do jeito que eles gostariam ..." (Firmina).

Demarcaram bem os espaços para a família, para os outros e para eles próprios. A relação com as famílias de origem são próximas, mas estas não participam nem interferem na sua vida, principalmente na afetiva/sexual. De qualquer maneira, a família joga papel importante na realização dessa conduta. Basta mencionar o fato de aceitá-los e não exigir deles uma prática segundo o modelo de casamento vigente. Também o fato dos irmãos terem realizado o modelo e constituído sua própria família conjugal, reforça e os tranquiliza na realização desse tipo de união, face às expectativas da família.

"... eles já se educaram, já entenderam que na vida afetiva há inúmeras maneiras da gente se realizar, não se intrometem (...) meus pais gostariam que eu casasse, tivesse filhos, uma vida como a dos meus irmãos (...) mas eu fico muito tranquilo, meus irmãos já cumpriram por mim essa missão ..." (Walker).

A assunção dessa modalidade de união conjugal, talvez por ser fortemente marcada pela ideologia individualista, requer mediações que conciliem os componentes individualistas e igualitaristas deste grupo, sob pena de fracasso desse projeto. Por isso, percebem que não podem permitir que incongruências de peso surjam entre os parceiros, e caso surjam, eliminá-las, ou atenuá-las devidamente.

Como vimos, parece existir muita igualdade entre os gêneros. Ambos são emancipados e com autonomia financeira, têm suas profissões, comungam liberdades semelhantes e defendem este tipo de união como a melhor, a que permite maior liberdade individual, a que impede, por causa dessa liberdade, que a relação venha ser marcada pela inautenticidade.

Estes entrevistados consideram que "morar junto e casar é igual", porque o elemento definidor e diferenciador do qual

resultam as demais especificidades é o fato de que as duas uniões são vivenciadas sob o mesmo teto.

Consideram que "morar junto e casar é igual" na medida em que entendem que o modo de viver, o "casar" e o "morar junto", está em acentuada oposição ao modo de viver a união sem coabitação. Este modo de viver é referido basicamente à questão da liberdade individual, que é tolhida quanto mais próxima a união conjugal estiver do modelo vigente.

Assim, as características básicas do "morar junto e casar" são exatamente o contrário do que concebem (e também procuram viver) da união sem coabitação:

CASAR E MORAR JUNTO É IGUAL

- a) ausência de liberdade para ter amigos próprios, sair, receber, outras relações sexuais, privacidade;
- b) em consequência dessa falta de liberdade predominaria a hipocrisia em detrimento da franqueza e da autenticidade; a obrigatoriedade em detrimento do prazer de estar junto;
- c) existência de forte pressão social em casos de transgressões de regras, principalmente de ordem sexual
- d) tendência forte à acomodação;

UNIÃO SEM COABITAÇÃO

- a) liberdade individual;
- b) autenticidade, prazer em estar junto;
- c) pouca ou nenhuma pressão social;
- d) sem acomodação e por isso a união se mantém.

A procura do "viver bem", à sua maneira, é o que justifica a união sem coabitação. Por isso, entendem que a melhor convivência conjugal é cada um em sua casa. As oposições apontadas fundamentam esse tipo de união. Nesse sentido, tentam construir uma relação onde haja coerência entre a visão de casamento e a prática conjugal. As dificuldades existentes não foram amplamente explicitadas, de qualquer modo, os entrevistados tentam relativizar as incongruências que por ventura afetem a relação, pois neste tipo de união homem e mulher têm que ser muito iguais.

Viver o Melhor do Presente

O segundo grupo em união consensual sem coabitação é bastante diferenciado do primeiro, quer seja pela trajetória dos entrevistados e seus cônjuges, quer seja pela visão que detém sobre a relação entre os gêneros.

Como vimos, os cônjuges das entrevistadas são casados e residem com suas esposas e filhos, entretanto, mantêm essa união consensual há mais de dez anos com suas parceiras. Eles não pretendem se desfazer dos vínculos legais, embora um deles às vezes, mencione esta perspectiva. Elas, por sua vez, nutrem as expectativas de virem a morar juntos um dia.

O modo de viver a união, conforme o depoimento das entrevistadas, é repleto de ingredientes do casamento tradicional. Sobretudo, na relação entre os cônjuges existem o predomínio masculino, quanto às decisões sejam, as do casal ou as das entrevistadas. O homem provê parcela considerável das despesas domésticas, como de vestuário, de saúde etc; providencia os consertos da casa e do automóvel. Desta forma, evidentemente, as entrevistadas consideram-se casadas, porque, além destes ingredientes adicionaram a fidelidade conjugal, que compõe o repertório conjugal tradicional. Embora, os parceiros persistam na união legal, as entrevistadas não a consideram como elemento de infidelidade conjugal, pois na avaliação delas, a situação da esposa é muito desfavorável, à medida que, seus respectivos maridos, mantêm uma relação tão duradoura extra matrimônio.

"... hoje, depois de tanto tempo, eu sou a mulher dele. No fundo é um casamento. O casamento significa respeito, confiança entre a gente, amizade muito grande. A única diferença é que ele mora na casa dele e eu na minha (...) nós dois mantemos fidelidade, (...) ele diz que desde que me conheceu não dorme com a mulher dele. Eu não acredito. Qual a mulher que iria engolir essa durante doze anos?"... (Carla).

Também percebem as diferenças desta situação conjugal comparada ao "casar e morar junto", que para elas é igual. Embora se considerem casadas, não descartam a possibilidade de um dia virem a morar ou casar com os parceiros. Mas, apesar dos prováveis conflitos gerados pelas expectativas de uma separação dos seus parceiros, as entrevistadas apontam compensações positivas da união, não encontradas por quem

mora junto ou é casado. Estas se referem à não acomodação do casal, à muita atenção que os parceiros lhes dedicam, aos agrados e presentes recebidos.

A união comparada ao casamento e à coabitação tem no sigilo e na residência separada as únicas diferenças, mas, apresenta aquelas vantagens compensatórias pelas quais vale a pena a união. Tanto é que, o fato das entrevistadas se submeterem aos horários e oportunidades de encontro definidos pelo parceiro, não dá azo para desavenças, ao contrário, cautelas são tomadas para evitar desentendimentos para viver muito bem o presente.

"... vou viver o que a vida me oferece (...) decidi que gosto dele assim (...) não dá pra planejar muita coisa, como por exemplo morar junto (...) ele me cativa de outras maneiras, me dando atenção e alegria que para o meu bem-estar, era o que interessa (...) a gente se encontra nos momentos bons, então eu tou perfumada, cheirosa e ele também. É uma coisa de deixar o que é desagradável de fora (...) Hoje não tenho que reclamar do meu relacionamento com ele. Ele não existe. Me manda flores. Nessa última viagem ele me disse que talvez não fosse me buscar no aeroporto. Quando cheguei ele lá, com um buquê de flores e, no hotel, uma champanha gelada me aguardando. Pô, depois de tantos anos, nos casais passa despercebido um carinho, um agrado, uma atenção. Então ele me cativa, ele me compra, pega o meu lado carente, me paparica, tudo o que eu quero ele dá..." (Carla).

7. À GUISA DE CONCLUSÃO

Trata-se de uma conclusão momentânea, porque o discurso dos entrevistados do qual se extrairam as representações da união conjugal, bem como o modo de vivenciá-la, não é conclusivo.

O processo de reelaboração da realidade (o discurso é sua verbalização) parte das experiências vividas, por isso, está em permanente reformulação, sendo sempre adicionados novos ingredientes aos velhos.

As experiências vividas, subjazem o imaginário social e o universo simbólico, os quais jogam papel fundamental na percepção da realidade. Neste sentido, nas representações dos entrevistados sobre a união conjugal, as semelhanças preponderaram sobre as diferenças, ainda que estas existam.

As representações e o modo de viver a união, nas duas camadas sociais, têm por parâmetro o casamento tradicional.

As diferenças encontradas são, basicamente, recortadas pela camada social, e internamente à cada camada, são constatadas concepções divergentes, pois a classe, ou o segmento social não são estanques, monolíticos e isoladas uns dos outros na sociedade.

Nas camadas populares, verificou-se, no geral, que a vivência da união consensual reproduz o casamento tradicional. As exceções, como a união sem coabitação e os entrevistados que encaram a "transitoriedade" da união, não são decorrentes do questionamento do casamento vigente, são arranjos provisórios, não contestadores. A modernidade, aqui observada, se refere às possibilidades pertinentes à atualidade, mas não se conecta com uma nova concepção de casamento.

Nas camadas médias, há entrevistados reproduzindo o casamento tradicional em nada diferindo dos entrevistados das camadas populares. Há outros entrevistados que por criticarem a concepção do casamento tradicional, no seu cotidiano, contemplam um leque mais amplo de possibilidades, seja na relação entre os cônjuges, com a família e amigos. Mas, este fato não os exclui, da semelhança observada da representação sobre o casamento e a união consensual com coabitação. Isto é, todos os entrevistados das duas camadas sociais,

consideram que "casar e morar junto é igual", porque percebem que a ausência do vínculo legal não obstaculiza a reprodução da vivência e dos arranjos pertinentes ao casamento tradicional.

A maioria dos entrevistados não descarta a possibilidade da legalização futura da união, isto sugere que a união consensual pode, gradativamente, avançar de patamar até alcançar o casamento legal, como ocorreu entre a maioria das entrevistadas casadas das camadas médias.

Os entrevistados em união sem coabitação "Liberdade e Igualdade" se destacam, porque vivenciam uma gama de possibilidades, muito próprias da "modernidade" atual. Apresentam um grande ceticismo quanto ao casamento tradicional, e em cima disto procuram vivenciar uma nova proposta conjugal: não moram juntos; não têm filhos; ambos os parceiros têm liberdade de ter amigos e programas próprios; têm liberdade sexual; resolvem satisfatoriamente a negociação familiar com respeito à autonomia individual - mantêm proximidade com a família sem contudo esta interferir em suas decisões. Os casais se colocam como companheiros afetivo-sexuais, nos momentos de prazer e nas dificuldades.

Resta saber por quanto tempo resistirão aos apêlos sociais e/ou emocionais para se aproximarem do modelo, passando a coabitar, e/ou casar legalmente, ou ter filhos.

A resposta a esta questão só o tempo dirá. A vida conjugal pressupõe um imenso repertório de mediações sobretudo diante das múltiplas possibilidades da atualidade. Pode parecer contraditório, que frente à valorização do indivíduo como "unidade mínima de significação social", a necessidade de um parceiro sexual afetivo duradouro se torne cada vez mais premente. Mas, isto faz parte da lógica da desordem da modernidade⁽²³⁾. Homens e mulheres evitam a "solteirice", porque a união conjugal é componente importante para a realização pessoal e esta é pressuposto do indivíduo atual. O casamento legal, apesar do crescimento das separações de uniões legais, assim como os filhos ainda são significativos, para assegurar a permanência do casal sob o mesmo teto.

ANEXOS

Legenda das Tabelas

União: L = Legal

CC = Consensual com coabitação

SC = Consensual sem coabitação

CAMADAS POPULARES

Entrevistados	Idade	Escolaridade	Prof. Ocupação	Ocupação Atual	Unões Anteriores			Número de Filhos		Duração da União Atual (anos)
					L	CC	SC	União Anterior	Atual	
UNIÃO CONSENSUAL COM COABITAÇÃO										
Ceci	25	P	Pe	Do Lar	-	-	1	-	1	1,6
Maria	25	P	Ba	Pajem/Creche	-	-	-	-	1	5
Tieta	34	PI	Ba	Diarista	-	1	-	1	3	9
Betânia	30	P	Ba	Diarista Lar	-	-	-	-	4	11
Gabriela	37	PI	Pe	Cozinheira	-	-	-	-	-	2
Geruza	35	P	Pb	Doméstica	-	1	-	-	2	2
Feri	26	PI	Ba	Vigia	-	1	-	-	1	1,5
Ascânio	35	PI	PI	Pedreiro Pintor	-	-	-	-	3	9
Virgulino	31	PI	Ba	Pedreiro Escanador	1	-	-	1	1	5
UNIÃO CONSENSUAL SEM COABITAÇÃO										
Dasdores	34	Mobral	Ba	Doméstica	-	1	1	2	-	1
Madalena	35	PI	Pe	Faxina em Hospital	1	1	1	2	-	7 mes.
CASAMENTO LEGAL										
Severina	30	Primeiro Grau	Ba	Monitora (creche)	-	-	-	-	2	5

CANADAS MÉDIAS

Entre- vista- dos	Idade	Escola- ridade	Ciu- de- dên- cia	Ocupação Atual	Unões Anteriores			Número de Filhos União		Dura- ção de União Atual (anos)
					L	CC	SC	Anterior	Atual	
UNIÃO CONSENSUAL COM COABITAÇÃO										
Marli	32	SI	ES	Secretá- ria Exe- cutiva	-	-	2	-	1	5
Sabina	30	SI	SP	Artista Plástica	1	-	1	-	-	4
Arnaldo	31	S	SP	Médico	-	-	-	-	-	10
Salete	27	SI	RJ	Revisora	-	-	2	-	-	5
Ivani	28	S	SP	Sociólo- ga	-	-	-	-	-	10
Rodrigo	35	S	SP	Prof. Uni- versitá- rio	-	-	2	-	1	7
Pompeo	33	S	SP	Engenhei- ro	-	-	-	-	-	10
Alvaro	43	S	SP	Agro- nomo	-	-	2	-	1	4
Rock	40	S	SP	Advogado	-	4	2	1	-	8
Dóris	38	SI	SP	Jornalis- ta	-	-	1	-	-	8

CANADAS MÉDIAS

Entrevistadas	Idade	Escolaridade	Princ. ocupação	Situação Atual	Unões anteriores			Número de Filhos União		Durabilidade da União (anos)
					L	CC	SC	anterior	Atual	
UNIÃO CONSENSUAL SEM COABITAÇÃO										
Diana	36	8	SP	Economista	-	-	5	-	-	3
Fermina	35	8	MG	Jornalista	-	1	4	-	-	3
Florentino	37	2º Grau Complet	SP	Analista Financ.	-	1	2	-	-	2
Walker	42	8	SP	Publicitário	-	-	4	-	-	2
Carla	33	2º Grau Complet		Secretária	-	-	-	-	-	10
Roseméri	40	2º Grau	SP	Gerente Boutique	1	-	-	1	-	10

CANABAS MÉDIAS

Entrevistados	Idade	Escolaridade	Procedência	Ocupação Atual	Unões Anteriores			Número de Filhos Unão		Duração da Unão Atual (Anos)
					L	CC	SC	Anterior	Atual	
CASAMENTO LEGAL										
Beatriz	32	S	RJ	Psicanalista	-	2	3	-	1	3
Solange	28	S	SP	Confecção de roupa	-	-	1	-	2	5
Kelly Ap.	30	ST	SP	Codificadora	-	1	2	-	1	2
Monique	30	1º Grau Complet	SP	Dona de Casa	-	-	-	-	-	1

SITUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS APÓS A PESQUISA

Após dois anos da data da pesquisa, portanto em 1989, alguns entrevistados mudaram seu estado civil ou saltaram de patamar no gradiente - consensual sem coabitação - com coabitação - união legal, outros fizeram o caminho inverso. Ainda outros tiveram filhos, etc...

Vejam as alterações da vida conjugal:

Camadas Populares

Dasdores: separou-se do seu parceiro em união sem coabitação, porque conheceu "um senhor aposentado" e ambos passaram a residir sob o mesmo teto. Esse senhor é viúvo.

Peri: continua com a mesma parceira, em união com coabitação e é pai de outro filho.

Geruza: continua com o mesmo parceiro em união com coabitação e teve mais um filho.

Gabriela: separou-se do parceiro em união com coabitação. Este "já mora com outra solteira". Ela continua sem nenhum parceiro.

Severina: continua casada, mas, descobriu que o marido anda "com rabo de saia".

Camadas Médias

Marli: continua com o mesmo parceiro em coabitação, teve o segundo filho, os sogros e uma cunhada moram com ela.

Sabina: separou-se do parceiro em coabitação e mantém uma união sem coabitação com um outro parceiro. O parceiro anterior está noivo (de aliança) e casará brevemente.

Salete: continua com o mesmo parceiro em coabitação, teve um filho e pretende casar.

Pompeo: continua com a mesma parceira, teve um filho e não pretende casar.

Alvaro: deixou a união com coabitação e casou-se com a mesma parceira.

Solange: separou-se do marido, não está vivendo nenhuma união conjugal. O ex-marido, alguns meses depois após a separação está unido em coabitação com uma parceira também separada de uma união legal.

Monique: permanece casada e teve um filho.

Beatriz: teve o segundo filho, permanece casada.

Walker: separou-se da parceira em união sem coabitação e casou-se com uma jovem solteira no civil e religioso.

Fermina: separou-se do parceiro em união sem coabitação e está iniciando outra relação sem coabitação, com parceiro separado de uma união legal.

Carla: permaneceu na união sem coabitação (com o parceiro casado e residindo com esposa e filhos), teve um filho da união.

Os demais entrevistados mantêm a união conjugal inalterada.

BIBLIOGRAFIA

- × ALTMANN, A.M.G. e WONG, L.R. - "Padrões e Tendências da Nupcialidade no Brasil" In: Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, SP., ABEP, Outubro, 1980. 3113-410
- ARAUJO, A. M. - "A Família Numa Comunidade Alagona". Revista de Sociologia, n. 17(2), São Paulo, 1955, p. 113-131.
- ARIES, P. - "O Casamento Indissolúvel" In.: ARIES, P. and BEJIN, A. (org.) Sexualidades Ocidentais, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- AZEVEDO, A. - Livro de Uma Sogra São Paulo, MARTINS Editora, 1954, 9. ed.
- AZEVEDO, A.V. - Do Concubinato ao Casamento de Fato. Belém, Cejup, 1987, 2. ed.
- AZEVEDO, T. - O Serviço Social e as Condições da Família Proletária na Bahia. Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 1948.
- BERQUÓ, E. e LOYOLA, M.A. - "União dos Sexos e Estratégias Reprodutivas no Brasil". Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 1/2, jan./dez./, SP., 1984.
- BERMAM, M. - Tudo que é sólido desmancha no ar. SP., Cia. das Letras, 1988.
- BERQUÓ, E. - Pirâmide da Solidão? Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, SP., 1987 (mimeo).
- BILAC, E.D. - Família de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência, SP., Símbolo, 1978.

- - Família e Trabalho Feminino. Tese de
Doutoramento. Departamento de Ciências Sociais - Área
de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas/USP, SP., 1983.
- BITTENCOURT, E.M. - Concubinato. SP., Universitária de
Direito, 1985, 5. ed.
- BRANT, V.C. e SINGER, P.I. (org.) - São Paulo: O Povo em
Movimento, Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
- CALDEIRA, T.P.R. - A Política dos Outros. O cotidiano dos
moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos
poderosos. SP., Brasiliense, 1984.
- CARMARGO, A. - "Os Usos da História Oral e da História de
Vida: Trabalhando com Elites Políticas". Revista
Dados, vol. 27, n. 1, IUPERJ, RJ., 1984.
- CAMARGO, C.P.F. de - "Alguns Problemas Jurídicos em Xique-
Xique". Revista de Sociologia, n. 14(1), SP., 1952, p.
293-309.
- CAMARGO, C.P.F. de et alli - São Paulo 1975. Crescimento e
Pobreza. SP., Loyola, 1976.
- CANDIDO, A. - Os Parceiros do Rio Bonito. SP., Duas Cidades,
1982, 6. ed.
- Censo Demográfico, Fundação IBGE, RJ., 1980.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO - "Do Registro do Casamento
Religioso para Efeitos Civis". SP., Saraiva, 1982, 32
ed.
- CRUZ, L. - "Aspectos da Formação e Desintegração da Família
em Rio Rico". Revista de Sociologia, n. 16(4), SP.,
1954, p. 390-412.
- DAMATTA, R. - A Casa e a Rua. SP., Brasiliense, 1985.

----- - Carnavais, Malandros e Heróis. 4. ed., RJ., Zahar, 1983.

* DAUSTER, T. - "A Invenção do Amor: Amor, Sexo e Família em Camadas Médias Urbanas". In.: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, SP., ABEP, 1984. 521 - 586 539

OK DEBERT, G.G. - "Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral". In.: CARDOSO, R. (org.) A Aventura Antropológica, RJ., Paz e Terra, 1986.

* DUARTE, L.F.D. - "Pouca Vergonha, Muita Vergonha: Sexo e Moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas". In: Anais IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, SP., ABEP, 1984.

607 - 629

DURHAM, E.R. - A Caminho da Cidade. A Vida rural e a migração para São Paulo. SP., Perspectiva, 1973.

* ----- - "Família e Casamento". In: Anais III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vitória, ES., ABEP., outubro, 1982.

31 - 50

----- - "Família Operária". Revista Dados. RJ., v. 23, 1980, p. 201-213.

* ----- - "A Sociedade Vista da Periferia". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 1, v. 1, junho 1986, SP., p. 84-99. OK

FERRARI, A. T. - "A Família em Potengi". Revista de Sociologia, n. 17(2), SP., 1955, p. 147-162.

FLANDRIN, J.L. - O sexo e o Ocidente. SP., Brasiliense, 1988.

GIANNOTTI, J.A. - "Acabou o Capitalismo, é a Barbárie?". In.: Revista Presença, n. 3, maio, Caetés, SP., 1984.

GOMES, O. - Direito da Família. RJ., Forense, 1984, 6. ed.

HELLER, A. - "O Futuro das Relações Entre os Sexos". In.: A Crise da Família, RJ., Paz e Terra, 1971.

HOBGART, R. - As Utilizações da Cultura. Aspectos da Vida Cultural da Classe Trabalhadora. (1. vol.), Lisboa, Presença, 1973.

INFORME DEMOGRÁFICO n. 18, 1986 - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

JELIN, E. - "O Tempo Biológico e a Mudança Histórica: Reflexões sobre o Uso de Histórias de Vida a Partir da Experiência de Monterrey". In.: Estudos CEBRAP, n. 17, jul/ago/set., SP., Brasileira de Ciências, 1976.

LASLH, C. - "A Sociedade", entrevistas do Le Monde, SP., Ed. Ática,

LERIDON, H. e C. VILLENEUVE-GOKALP - "The new couples: number, characteristics and attitudes". Population, vol. 44, Paris, INED, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. - "A Família". In: SHAPIRO, L.H. (org.) Homem, Cultura e Sociedade, RJ., Fundo de Cultura, 1966.

LONDOÑO, Fernand T. - "El concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial". In: Estudos CEDHAL, SP, USP, 1988.

LOYOLA, M.A. - Médicos e Curandeiros. Conflito Social e Saúde. SP., DIFEL, 1984.

----- - "Reprodução e Estagnação: Estudo das Instituições Sociais e do Comportamento Reprodutivo em Parnaíba". In: Estudos de População, n. 3, CEBRAP, 1978.

----- - "Nupcialidade e Reprodução no Estado de São Paulo". Núcleo de Estudos de População. NEPO/UNICAMP, SP., 1987, (mimeo).

MACEDO, C.C. - A Reprodução da Desigualdade. SP., Vértice, 1986, 2. ed.

MAGNANI, J.G.C. - Festa no Pedaco. Brasiliense. SP., 1984.

----- - "Discurso e Representação ou de como os Baloma de Kiriwina podem Reencarnar-se nas atuais Pesquisas". In: CARDOSO, R. (org.) A Aventura Antropológica. RJ., Paz e Terra, 1986.

MARTINE, G. - Formación de la Familia y Marginalidad Urbana en Rio de Janeiro. Santiago do Chile, CELADE, 1975.

MORTARA, G. - "As Mães Solteiras no Brasil". Revista Brasileira de Estatística, vol. 85/86, 1961, p. 1 a 32.

NEVES, D.P. - "Nesse Terreiro Galo não CANTA. Estudo do Caráter Matrifocal de Unidades Familiares de Baixa Renda". In: Anuário Antropológico 83, RJ, UFC/Tempo Brasileiro, 1985.

OLIVEIRA, M.C.A.F. - "O Casamento e as Estratégias de Sobrevivência da Família Operária na Agricultura Paulista". In: Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 2, n. 1, jan/junho, SP., 1985.

----- - "Classe Social, Família e Reprodução: Reflexos Teóricos e Referências Empíricas". Cadernos de Estudos e Pesquisa, n. 3, USP/FAU, Fundação para a Pesquisa Ambiental, 1979.

* ----- e LEVY, M.S.F. - "Considerações sobre Tipo de União: Aspectos Institucionais e Demográficos". In: BERQUÓ, E. et alli (org.) A Fecundidade em São Paulo, Brasileira de Ciências, 1977. OK

PIERSON, D. - Cruz das Almas. SP., José Olímpio/EDUSP, 1966.

PRANDI, J.R. - O Trabalhador por conta própria sob o Capital. SP., Olímpio, 1978.

QUEIRÓS, M.I.P. - "Variações sobre o emprego da técnica de gravador no registro da informação viva". VIII Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, Ciências Sociais/USP, 1981.

RODRIGUES, S. - Direito Civil. SP., Saraiva, VI Volume, 1973, 3. ed.

ROUSSEL, L. - "Demographie et Mode de Vie Conjugale au Denemark". In: Population, n. 2, mars/avril, INED, Paris, 1977.

----- - "La Cohabitation Juvénile en France". In: Population, n. 1, jan/fév., INED, Paris, 1978.

SALEM, T. "Conflito, Poder e Negociação na Família - Questão Geracional". In: Revista Dados, vol. 23, n. 21, RJ., 1980.

VELHO, Gilberto - Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. RJ., Zahar, 1981.

----- - "Aliança e Casamento na Sociedade Moderna: Separação e Amizade em Camadas Médias Urbanas". In: Boletim do Museu Nacional n. 39, agosto, RJ., 1983.

WAGLEY, C. - Uma Comunidade Amazônica, 2. ed., SP., Nacional, 1977.

Revista LE POINT, Paris, 12.04.1987.

Revista Nova, S.Paulo, julho/1987

Revista Veja, S.Paulo, 02.12.87

NOTAS

(1) LASCH, Christopher A sociedade, entrevistados Le Monde, São Paulo, Ed. Ática, 1989

(2) LASCH, C. op. cit., p. 43

(3) VELHO, Gilberto Individualismo e Cultura, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

(4) Ver: BITTENCOURT, Edgard Concubinato, São Paulo, Universitária de Direito, 1985, 5a. edição.

AZEVEDO, Alvaro V. Do Concubinato ao Casamento de Fato, Belém, CESUP, 1987.

(5) Ver: LANDOÑO, T. Fernando El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial. Estudos CEDHAL, USP, SP., 1982.

(6) Ver: ARAUJO, Alceu Maynard A família numa comunidade alagoana, in Sociologia, n. 17, 1955, SP, P. 113-131.

CRUZ, Levy Aspectos da Formação e Desintegração da Família em Rio Rico, in Sociologia, 16, 1954, SP, p. 390-412.

HUTCHINSON, C.J.A. Notas preliminares ao Estudo da Família no Brasil. Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, 1959, p. 272.

COSTA, Esdras Borges Relações de Família em Cerrado e Retiro, in Sociologia, n. 17, p. 133-150.

CAMARGO, Candido Procópio F. Alguns problemas jurídicos em Xique-Xique. Sociologia, 14, 1952, SP, p. 293-309.

WILLEMS, Emilio Uma Vida Brasileira, SP., Difel, 1961.

FERRARI, Alfonso Trujillo A Família em Potengi, Sociologia, 17, 1955, SP., P. 147-162.

PIERSON, Donald Cruz das Almas, SP, José Olimpo/EDUSP, 1966.

CÂNDIDO, Antonio Os Parceiros do Rio Bonito, SP., Duas Cidades, 1982, 6. ed.

WAGLEY, Charles Uma Comunidade Amazônica, SP, Nacional, 1977, 2. ed.

(7) Giorgio Mortara verifica indiretamente a presença desse tipo de união no estudo sobre solteiras prolíficas. Ver "As

mães solteiras no Brasil". Revista de Estatística, vol. 85-86, 1961, p. 1-32.

(8) AZEVEDO, Thales O Serviço Social e as condições da Família Proletária na Bahia. in Serviço Social e Problemas Bahianos, Salvador, Escola de Serviço Social da Bahia, 1948.

(9) MARTINE, George Formación de la Familia y Marginilidad Urbana en Rio de Janeiro. Santiago de Chile, CELADE, 1975.

(10) OLIVEIRA, M.C.F.A. e LEVY, M.S.F. Considerações sobre tipos de união: aspectos institucionais e demográficos, in BERQUÓ, E., OLIVEIRA, M.C. e CAMARGO, C.P.F. (org.) A Fecundidade em São Paulo, Brasileira de Ciências, 1977.

(11) Pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, entre 1975 e 1977, em nove contextos: Sertãozinho-SP (rural); São José dos Campos-SP (urbano); Santa Cruz do Sul-RS (urbano e rural); Cachoeiro de Itapemirim-SP (urbano); Recife-PE (urbano); Parnaíba-PI (urbano e rural); Conceição do Araguaia-PA (rural). Cada contexto é representativo de um conjunto de forças sociais e econômicas atuando conforme a forma predominante de organização da atividade produtiva.

(12) BERQUÓ, E. e LOYOLA, M.A. União dos Sexos e Estratégias Reprodutoras no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 1/2, jan./dez., SP., 1984.

(13) LERIDON, H. e GOKALP, C.V. The new couples: number, characteristics and attitudes. Population, vol. 44, september 1989 (English selection n. 1).

(14) ROUSSEL, Louis La cohabitation juvénile en France Population - mars/avril, n. 2, p. 15-42, Paris, INED, 1977. Ver também do mesmo autor, Demographie e Mode de Vie de Conjugale au Denemark, Population, mars/avril, n. 2, Paris, INED, 1977, p. 338-359.

(15) DURHAM, Eunice Família e Casamento, Anuais ABEP, 1982, p. 31.

(16) MAYER 1987. Macedo, também constatou que a maioria dos operários por ela pesquisados são migrantes. MACEDO, Carmem Cinira de A Reprodução da Desigualdade, SP, Vértice, 1986, 2 ed.

(17) O Censo Demográfico de 1980 constata que a maioria da população do município de São Paulo (67,39%) é constituída por migrantes. Dentre os migrantes de outros Estados 57,21% são procedentes dos Estados do Nordeste - Censo Demográfico, F. SEADE, 1980. Informe Demográfico n. 18 - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1986, SP - A partir de 1940, o

crescimento da Grande São Paulo é devido ao componente migratório em maior proporção do que o vegetativo.

(18) DURHAM, E. A Sociedade Vista da Periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 1., vol. 1, junho, 1986, p. 84-99.

(19) ARIÉS, Phillipe O Casamento Indissolúvel. in ARIÉS, P. e BEJIN, A. (org.) Sexualidades Ocidentais, SP., Brasiliense, 1985.

(20) MARTINE, 1975

(21) Este tipo de compadrio seria a reelaboração do tipo folclórico, cuja finalidade é a ampliação da solidariedade mútua e "estender os elos de parentesco, sem haver elos de sangue". Ver: FUKUI, L.F.G. Sertão e Bairro Rural, SP., Ática, 1979.

(22) O respeito é uma medida de avaliação da responsabilidade e capacidade para cumprir as "regras de reciprocidade social que é muito ampla, mas que encontra na relação homem-mulher seu palco fundamental". Ver: DUARTE e FERNANDO 1984 Pouca Vergonha, Muita Vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In ANAIS IV, ABEP, São Paulo.

(23) Ver BERMANN, Marshal Tudo o que é sólido se desmancha no ar. São Paulo, Cia das Letras, 1988